

NARRATIVA, MEMÓRIA SOCIAL E COLETIVA: O RECONHECIMENTO SOCIAL NA REDESCOBERTA DA COMUNIDADE PESQUEIRA TRADICIONAL

Manuela Chagas Manhães (CNEC)

manuelacmanhaes@hotmail.com

RESUMO:

Quando estabelecemos a relação da memória com o processo de socialização há a narrativa. A narrativa permite a relação dialógica e a interação social. Logo, consideramos a como grande instrumento de integração entre os membros da comunidade, por meio de suas lembranças, de seus recortes, de suas vivências. Estas podem ser resignificadas, a partir de representações, que são redefinidas pelo narrador, da mesma forma que é feito pelo receptor. É uma relação dialógica, na qual a inferência de sentidos e representações individuais, mas que transitam nos elementos que constituem a memória social e coletiva, por pertencerem à historicidade da própria comunidade. Logo, percebemos a memória com um papel catalisador entre os indivíduos e uma fonte de imagens, objetos e significações que serão inspiradores, descritos e captados pelos sujeitos sociais que convivem e compartilham de tais elementos estruturais significantes. Segundo REUTER (2002) há vezes nas narrativas, pois ao narrar estaremos contando histórias, fatos, com diferentes perspectivas, já que há percepção de diferentes modos e que trazem distintas significações. O fato é que a narrativa torna-se uma maneira de contar histórias que trazem memórias individuais que corresponderão às formas de interpretar fatos do passado no presente e sua relação direta. Funciona de maneira simbólica diante de sua própria construção. Esta, por sua vez, tem elementos objetivos e subjetivos, encarnando denominadores comuns dos diversos envolvidos, e por isso, tais elementos, podem ser considerados parte integrante da vida social nas comunidades tradicionais.

Palavras-chave:

Comunidade tradicional, rememoração, narrativa

1. Introdução:

É fato que as comunidades tradicionais para serem reconhecidas como tais e terem como pleitear seu reconhecimento social na dimensão societária é de suma importância a autodefinição (autoidentificação) de seus membros para que exista no cotidiano o sentido de comunidade tradicional pesqueira. Assim, o eixo norteador seria a atividade socioeconômica que permite a construção de diversos elementos socioculturais, papéis sociais, representações sociais, ou seja, elementos culturais materiais e imateriais que são formadores do modo de vida.

Ou seja, tais elementos são apreendidos e permitem que o sujeito social possa identificar-se em si mesmo, se identificando com os demais

membros, dando sentido a sua significação e sua representação no meio social. É preciso levantar suas expressões, alguns de seus principais elementos traduzindo seus significados históricos, sociológicos, antropológicos e filosóficos neste contexto. Este último, por sua vez, é composto por inúmeras histórias narradas, cantadas, desenhadas e pintadas, trabalhos artesanais que mediam o estar no mundo, seu modo de vida cultural e econômico.

Desse modo, tais elementos culturais materiais e imateriais compõem a sua identidade cultural enquanto comunidade e podem favorecer a existência do turismo cultural nessa região, contribuindo para existência do reconhecimento social na dimensão comunitária.

Beger & Luckmann (1985, p. 228) salientam que a identidade é um elemento chave da realidade social subjetiva também, e como toda realidade subjetiva guarda uma relação dialética com a sociedade. A identidade é formada através de processos sociais. Uma vez formada, é mantida, modificada ou tem uma nova remodelagem provocada pelas relações sociais. Assim, Beger & Luckmann (1985) afirmam que:

A identidade é um fenômeno que deriva da dialética entre um indivíduo e a sociedade. Os tipos de identidade, por outro lado, são produtos sociais *toutcourt*, elementos relativamente estáveis da realidade social objetiva. (BEGER; LUCKMANN (1985, p. 230)

Desse modo, é perceptível que a identidade do sujeito social seja consideravelmente delineada, no sentido de representar a realidade objetiva na qual está localizada, em nosso caso específico, na comunidade pesqueira tradicional, de Arraial do Cabo, na região dos Lagos.

Desse modo, consideramos que este sujeito social passa a ser definido pela cultura e pelo grupo de que é membro, se identificando com seus pares pelo sentimento de pertencimento, favorecendo a existência e a perpetuação do grupo em si por meio de sua narrativa e, conseqüentemente, da memória social e coletiva. Isso fortalece não só a sua historicidade, mas a relação direta com a sociedade e a realidade social em que está inserida, buscando mediar novas reivindicações e processos sociais no espaço público, como o reconhecimento social na dimensão societária no contexto de justiça social como equidade.

2. Reconhecimento social segundo Axel Honneth

Segundo Honneth (2009) há uma divisão na definição do reconhecimento social que num primeiro instante o indivíduo tem o primeiro estar no mundo, correspondendo ao encontro com o outro numa ordem afetiva. Esse primeiro momento o sujeito social, enquanto indivíduo é reconhecido por suas necessidades e desejos e possui valor único diante dos outros. Nas palavras de Ribeiro (2016, p. 395): “Aqui os vínculos afetivos são fortes. É o

lugar propício para o fortalecimento da autoconfiança, tão necessária na vida pessoal em sociedade”. São nos contatos ditos como informais, que encontramos a pessoalidade a subjetividade.

Dessa forma, é perceptível que os vínculos afetivos são de suma relevância para constituição da autoconfiança do indivíduo. Além disso, esse primeiro estar no mundo, por meio dos vínculos afetivos, é considerado o ponto inicial para o segundo momento de sociabilidade na relação comunitária. Essa por sua vez, é intermediada por um acervo simbólico e material compartilhados na relação dialógica, favorecendo então, a constituição do sentimento de pertencimento entre os indivíduos da comunidade. Nessa perspectiva, Ribeiro (2016) afirma:

As relações pessoais são o estofa e o início das relações comunitárias Eu-Nós. A formação da comunidade de reconhecimento acontece em muitas esferas da vida social, família, escola, clubes, igrejas, comunidades por afinidade, partidos políticos, organizações não governamentais, etc. Neste momento o indivíduo é reconhecido como uma pessoa de capacidades e de discernimento moral. É o lugar de reconhecer, em si mesmo e no outro, sua dignidade e respeito próprios. É a partir do respeito moral que a integridade social ganha forças e caminha rumo a consensos mais específicos ou amplos. (RIBEIRO, 2016, p. 395)

Apenas quando vivenciamos os dois primeiros momentos no processo de socialização, ou seja, após vivenciarmos o mosaico de interrelações sociais em seus distintos momentos: afetivo e comunitário, é que estaremos aptos a vivenciar o terceiro: societário. O encontro societário, por sua vez, acontece no nível das instituições e do direito, das normas que permitem a convivência social, assim como, pelo estabelecimento das instâncias reguladoras e a solidariedade social integrando as distintas culturas e funções.

É nesse momento que o indivíduo tem seu reconhecimento social institucionalizado, burocratizado. Na teoria honnethiana seria a terceira fase do reconhecimento social: estima social. Nesse sentido, Ribeiro (2016, p. 395) nos diz que: “aqui temos o reconhecimento do indivíduo como uma pessoa cujas capacidades possuem um valor constitutivo para a sociedade concreta na qual ele vive”.

Nesse terceiro momento, temos a prática da vida ética pela sociabilidade societária, que culmina no Estado, na sociedade politicamente organizada pela definição de direitos e deveres e, assim o sentido de justiça. Entretanto, na realidade social a integração social dos diferentes grupos e comunidades ainda é negligenciada. Encontramos na realidade

social a existência da diversidade sociocultural, e, por isso consideramos relevante a alteridade. Nessa mesma perspectiva, consideramos o sentimento de pertencimento como elementos fortalecedores para tais grupos e comunidades manterem-se vivos e transcenderem as dificuldades encontradas na integração social.

Em outras palavras, o sentimento de pertencimento precisa ser vivenciado, através de elementos socioculturais imateriais e materiais, tradições e valores, atividades e projetos de vida. Assim, a sociabilidade comunitária favoreceria apreensão de tais elementos, os quais quando vivenciados e compactuados pelos indivíduos dessa comunidade fortalecem o sentimento de pertencimento.

Em suma, seria por meio das relações sociais intermediadas pela narratividade e práticas da vida cotidiana que temos os motivos e significações da existência dos elementos culturais, determinantes do modo de vida.

Desse modo, há definição tanto do sentimento de pertencimento quanto da memória coletiva e, conseqüentemente, da identidade sociocultural. Isso contribui para que haja o respeito mútuo e o reconhecimento recíproco entre os membros da comunidade. Essa dimensão comunitária potencializa, portanto, sua integração na dimensão societária tanto pelas suas atividades, trabalho, quanto por seus elementos culturais que permeiam sua memória coletiva, seu modo e projetos de vida.

Ao pensarmos nessas questões, estamos trazendo além do processo de socialização como formador dos indivíduos, a memória coletiva e o sentimento de pertencimento. Tais conceitos nos permite compreender a relação entre a comunidade e as especificidades com a formação da dimensão comunitária e, por conseguinte, a sua integração na sociedade, considerada como dimensão societária do reconhecimento social.

3. Diversidade cultural, identidade cultural e reconhecimento social

Nesse contexto, outro ponto que não pode deixar de ser pensado é a existência de diferentes culturas e modos de vida já que temos uma formação multicultural. A relevância da existência da diferença justifica-se, quando entendemos como ela tem sido usada perversamente para justificar a hierarquização social de diferentes culturas. Tal fato favorece para que as comunidades tradicionais, de maneira geral, permaneçam à margem da estrutura social dita como democrática. Isso é uma tradução

da negação do que Honneth (2009) define como reconhecimento social, e, também um reflexo da negação do sentido de justiça como equidade de Rawls (1997) e dos bens primários.

Em suma, quando não há a aceitação das diferenças culturais, ou seja, das diferentes culturas e dos modos de vida não há ao respeito social. Logo, não há constituição do autorrespeito e autoestima nas diferentes comunidades. Ou seja, não o reconhecimento social. Por fim, o que se efetiva é o desrespeito social em suas distintas significações honnethianas, na dimensão societária.

Dessa forma, Santos e Nunes (2003) trazem a relação de tensão existente entre a perspectiva multicultural e o não reconhecimento da diferença. Mediando tal relação tensionada encontramos a justiça socio-ambiental, cidadanias plurais, pluralidade cultural, direitos coletivos para que pudéssemos realizar a igualdade. Assim, num contexto de justiça a reflexão sobre os movimentos reivindicatórios contestatórios nas suas diferentes instâncias e concepções ideológicas favorece a desconstrução do desrespeito social.

Assim, há constituição e manutenção de pequenos grupos e comunidades consideradas tradicionais que ainda mantém particularidades, atividades, modos e projetos de vida estigmatizados como inferiores. Por isso, que tal perspectiva multicultural traz, na verdade, a diferença como exclusão e, conseqüentemente, efetiva o desrespeito social, o que demonstra a relação entre a diferença e a luta pelo reconhecimento social, que segundo os autores vem alimentando os debates e iniciativas sobre direitos, justiça, identidade e assim, cidadania (Santos e Nunes, 2003, p. 33).

Desse modo, quando tratamos da diferença cultural na pós-modernidade, trazemos o questionamento, de certa forma, do paradigma da modernidade, que traz uma concepção, segundo Santos e Nunes (2003), *a priori* universalista e racionalista. No aspecto antropológico, seria formado por um pensamento monocultural Ocidental, ou seja, um padrão cultural “colonizador”. Isso seria uma maneira, na verdade, de não reconhecer grupos sociais que têm culturas diferenciadas da que é determinada como padrão na dimensão societária, provocando a formação de estereótipos, estigmas e negação da representatividade das diversas culturas que estão no meio social.

Logo, tal fato elucidada como a diferença ainda é uma maneira de tornar a sociedade excludente, e, por outro lado, traz a importância da

ética da alteridade (Levinás, 1997). Tal afirmação demonstra que embora a diversidade cultural seja uma realidade da sociedade brasileira, essa ainda é percebida pela idéia de verticalização cultural, ou seja, por paradigmas que determinam uma cultura sobre a outra.

É perceptível, então, que o paradigma da modernidade precisa urgentemente ser repensado, para que possamos tratar do reconhecimento social numa perspectiva multicultural. Dessa forma, a diversidade cultural seria valorizada na dimensão societária e não teríamos um impasse provocado pela distorção conceitual que determina o não reconhecimento das diferenças, como tem sido feito e vivenciado por comunidades tradicionais.

Nessa perspectiva, nossa ponderação sobre diversidade cultural nos remete a constituição da diferença e da identidade cultural. Logo, é de suma relevância a análise do termo cultura e suas implicações, o meio cultural (etnográfico), identidades culturais e patrimônio cultural imaterial e material. Ou seja, a cultura produz símbolos, regras, normas, valores; a cultura conduz as nossas crenças, hábitos e ações humanas. Define nossas interações e toda uma estrutura e funcionamento da vida social. Para, além disso, a cultura é orientadora da nossa forma de ver o mundo, os outros e as relações sociais. Sabemos que as conseqüências disso são inúmeras, entre elas salientemos o fato de uma cultura ser percebida, muitas vezes, pelos seus membros como superior a outra, ao que é diferente.

Tal fato define que é correto rotular a outra cultura, por ser composta de outros elementos culturais. Isso fomenta uma forma equivocada de compreender as diferentes culturas, as hierarquizando, definindo-as como inferior ou errada. Tal fato faz com que se prevaleça, no meio social, atitudes que colaboram com a violência simbólica e os desrespeitos sociais¹, por existir o não reconhecimento da diferença. Diante disso, quando nos atentamos as conseqüências causadas por essas atitudes, é visível a importância de alguns dos bens primários definidos por Rawls (1997) respeito e autorrespeito.

A partir desses pressupostos rawlsianos, vislumbramos a base do reconhecimento entre os sujeitos sociais, e, por conseguinte, a possibilidade do respeito entre as culturas, da valorização das culturas diferentes

¹ Cf in HONNETH (2009).

na dimensão societária, garantindo a diversidade cultural a partir da ética da alteridade.

Contudo, no aspecto multicultural da sociedade brasileira, especificamente, para que haja o reconhecimento da diferença na dimensão societária, há um ponto essencial. Nesse contexto, tal ponto de partida é a relevância do sentimento de pertencimento entre os membros das comunidades e o reconhecimento social na dimensão comunitária, para manter-se coesos, integrados. É sabido que a base para isso é a vida cotidiana em seus espaços culturais compostos por elementos culturais, ritos e tradições, universos simbólicos, narratividade, atividades que ganham sentido, representação e valor na dimensão comunitária. Essa, por sua vez, alimentada pela própria memória coletiva é constituinte da autoidentificação².

Nesse aspecto, quando distinguimos as dimensões: comunitária e societária compreendemos que uma antecede a outra. Em outras palavras, para que possamos refletir sobre o contexto de justiça para a comunidade tradicional pesqueira (nosso objeto de estudo) no âmbito societário, primeiramente deve existir o reconhecimento na dimensão comunitária. Tal dimensão é estrutural para a formação de sua identidade cultural, da manutenção e/ou ressignificação da memória coletiva, dadas pelas significações, narrativa e dinâmica na comunidade e pelos elementos que ordenam sua vida cotidiana³ que são compartilhados pelos seus membros e que permitem a autoidentificação.

Para isso compreendemos a cultura como instrumental de significação, tendo o pressuposto de que toda realidade é visualizada por meio de representações compartilhadas pela constituição da narrativa, que traz um movimento de resistência e sobrevivência, diante das adversidades enfrentadas na atualidade.

Desse modo, a identidade é compreendida como um processo construído pela realidade sociocultural comunitária. Isso significa dizer

² Conceito definido pelo Ministério da Cultura para que haja o autorreconhecimento dos membros das comunidades tradicionais como pertencentes a tais comunidades tradicionais. Tendo a sua autodefinição ou autoidentificação como integrante de tais comunidades, significaria que compartilha os elementos culturais materiais e imateriais, mantendo relações de reciprocidade com os demais membros. Logo, a autoidentificação é o primeiro passo para que as comunidades tradicionais possam reivindicar seus direitos no território nacional. Este conceito será conceituado mais adiante, no próximo capítulo.

³ Cf in BEGER & LUCKMANN (1985)

que quando pensamos na sociedade, em sua totalidade, há diversas identidades culturais, já que existem diferentes comunidades, modos de vida. Em todas as comunidades é perceptível especificidades no seu cotidiano. Tais especificidades trazem diferentes formas de transmissão dos elementos culturais apreendidos, assim como, distintos elementos estruturantes significativos. Isso determina que há relações simbólicas, formação da memória coletiva e, principalmente, a valorização cultural por meio da identificação entre os membros da comunidade. Dessa forma, temos o estabelecimento da relação entre a identidade individual e coletiva com o sentimento de pertencimento. Sentir-se pertencente a um grupo, a uma comunidade é uma construção diária dos sujeitos sociais, membros da comunidade. Isso é determinante para a sua autoidentificação como membro da comunidade e para a representatividade do reconhecimento na dimensão comunitária.

Por isso, salientamos como elemento integrador a linguagem, pois a relação dialógica funciona como instrumento socializador do modo e projeto de vida, em nosso caso, das comunidades tradicionais de pescas artesanais. Além disso, ela permite que seja compartilhado o reconhecimento público na comunidade das tarefas executadas e da sua importância e, assim, contribui para a existência do sentimento do respeito próprio. Dessa maneira, observamos que a narratividade é fundamental, por ser estruturada por inúmeros universos simbólicos que constituem a memória coletiva e a formação dos bens primários. Isso quer dizer que, em nosso caso, a pesca artesanal como atividade socioeconômica é passada de geração e geração por meio da oralidade, da mesma forma que a socialização media os aspectos simbólicos, ritualísticos, costumes, lendas, histórias, tradições e, por conseguinte, pode favorecer a existência do respeito e autorrespeito entre os membros da comunidade.

De maneira geral, há a compreensão de que a relação dialógica expressa marcas culturais, além de definições fundamentais, como determinados bens primários, para a organização da comunidade. Por isso, entendemos que a narratividade está entrelaçada a memória coletiva, e são intermediadoras do processo de socialização dos membros dessa comunidade, sendo, portanto, referências na construção social da identidade e da própria realidade social.

Em vista disso, a partir do sentimento de pertencimento entre os membros da comunidade, existe a possibilidade da autoidentificação, contribuindo não só para o reconhecimento social na dimensão comunitária, mas também societária. Então, ao se reconhecerem como pares teri-

am uma real possibilidade dos mesmos buscarem enquanto comunidade o reconhecimento societário, num contexto de justiça enquanto equidade. Nesse sentido, é de suma relevância ter como ponto de partida alguns desses bens primários rawlsianos: respeito, autoestima, autorrespeito, para que haja o fortalecimento do sentimento de pertencimento e instituir o reconhecimento na dimensão comunitária.

4. A relação entre a autoidentificação, a socialização e o reconhecimento social nas comunidades tradicionais em Arraial do Cabo

Segundo Berger & Luckmann (1985) o ser humano está num processo de tornar-se humano, o qual é efetuado a partir do meio que vive. Considera esse meio como um lugar comum etnológico, já que há inúmeras maneiras de se tornar humano, assim como, são numerosas as culturas humanas. Ou seja, “a humanização é variável em sentido sociocultural” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 72). Para os autores, a forma específica em que esta humanização se molda é determinada pelas condições sócio-culturais, por isso, temos uma variedade de formações, processos sociais e identidades sociais. Assim:

A autoprodução do homem é sempre e necessariamente um empreendimento social. Os homens em conjunto produzem um ambiente humano, com a totalidade de suas formações sócio-culturais e psicológicas (...) assim como é impossível que o homem se desenvolva como homem no isolamento, igualmente é impossível que o homem isolado produza ambiente humano. O ser humano solitário é um ser no nível animal (que, está claro, o homem partilha com outros animais). Logo que observamos fenômenos especificamente humanos entram no reino do social. A humanidade específica do homem e sua sociabilidade estão inextricavelmente entrelaçadas. (BERGER; LUCKAMNN, 1985, 74-5)⁴.

Consideramos a partir dessa afirmação o desenvolvimento do processo de socialização feita pelas instituições sociais. Tais instituições são extremamente importantes para formar o indivíduo para viver na sociedade. Logo, sabemos que somos definidos por uma série de condições e elementos que são resultados da constituição da vida social e seus sistemas políticos, econômicos, culturais.

Como já foi discutido, os papéis das instituições diante da sociedade determinam toda estrutura da organização da sociedade e, ainda uma forma de conceber o estar na sociedade. Por conseguinte, a atividade

⁴ Sic em Beger & Luckmann no seu livro A construção social da realidade (1985).

humana está numa realidade objetiva determinada pelo mundo institucional. Assim sendo, o produto de tal atividade quando exteriorizado ganha o meio social e passa a existir na composição de uma relação direta entre o ser humano, o produtor e o meio social. Somos produtos da sociedade da mesma forma que interagimos com a mesma.

Além disso, somos protagonistas na dinâmica vivenciada enquanto seres sociais. Porém, sabemos que espaços e tempos (períodos históricos) diferentes favoreceram um mosaico de comunidades locais⁵, as quais são identificadas as especificidades e as particularidades, os tipos de atividades específicas, como as narrativas que são intermediadoras da formação e manutenção da memória coletiva, tradições, elementos sócio-culturais e morais. Ou seja, quando entramos em contato com o nosso objeto de estudo: a comunidade tradicional de pesca de Arraial do Cabo, na verdade, encontramos um grande acervo de universos simbólicos, que, são definidores e representativos para a comunidade. Isso significa dizer que estas especificidades culturais tanto materiais quanto imateriais, contribuem para a existência da diversidade e diferentes dimensões de reconhecimento social, entre elas a dimensão comunitária e societária no território nacional.

A diversidade traz as diferenças entre os grupos, constituindo diferentes realidades objetivas e subjetivas, econômicas e socioculturais. Isso se deve as particularidades que intermedeiam a formação do próprio grupo social, com seus elementos estruturantes que permeiam o reconhecimento social numa primeira dimensão (afetiva), e, posteriormente, numa segunda comunitária, e por fim, uma terceira societária.

É perceptível que para isso, para que haja progressivamente a existência do reconhecimento social nas distintas dimensões, há o processo de socialização. Este é fundamental para a existência do sentimento de pertencimento entre os membros, nesse lugar etnológico no seu dia a dia. Nossa afirmação é determinada por entendermos que há uma relação mediada pela subjetividade na primeira dimensão (afetiva) e pela constituição de regras e normas que são compartilhadas nesse espaço pelo grupo, ordenando, então, a própria realidade social:

Objetos diferentes apresentam se à consciência como constituintes de diferentes esferas da realidade. Reconheço meus semelhantes com os quais tenho de tratar no curso da vida diária (...) entre as múltiplas reali-

⁵ Termo utilizado por Zygmunt Bauman em seu livro *Comunidades: a busca por segurança no mundo atual* (2003, p. 114).

dades há uma que se apresenta sendo a realidade por excelência. É a realidade da vida cotidiana (...) apreendo a realidade da vida diária como uma realidade ordenada. (BERGER; LUCKAMNN, 1985, p. 38)

Nesse aspecto, pensamos sobre a importância do sentimento de pertencimento e a relação com o reconhecimento social produzido com a apreensão pelos indivíduos de símbolos, tradições, atividades, valores que são compartilhados no cotidiano nas comunidades. Essa necessidade de sentir-se pertencente a grupos sociais, se dá desde o primeiro momento que encarnamos o estar no mundo, tendo nas relações afetivas, familiares um acolhimento o que caracteriza a dimensão afetiva (RIBEIRO, 2016).

Em seguida, nas comunidades encontramos o respeito e autorrespeito, regras e normas para o convívio social, considerando os outros como pares na vida cotidiana, por comungar as especificidades do grupo. Na interação social a narratividade enquanto instrumento da relação dialógica é o elo integrador para comunidade.

Do mesmo modo, a historicidade e formação da memória coletiva constituem os elementos estruturantes significativos do modo de vida, e por isso, considerados fundamentais para existência do sentimento de pertencimento e do reconhecimento social na dimensão comunitária.

O homem é necessariamente reconhecido e é necessariamente reconhecente. Essa necessidade é a sua própria, não o nosso pensamento em oposição ao conteúdo. Como reconhecer, ele próprio é o movimento, e esse movimento supera justamente seu estado de natureza: ele é reconhecer. (HONNETH, 2009, p. 86)

É uma relação de se reconhecer, reconhecer o outro e ser reconhecido. É sentir-se pertencente que faz com que diferentes questões, atividades e valores adquiram sentido e representatividade na vida cotidiana. Traz uma teia de significações e objetivações que intermediará as relações sociais estabelecidas no dia-a-dia da comunidade tradicional de Arraial do Cabo. Isto é, o fato de reconhecer e ser reconhecido propicia as formas elementares de convívio intersubjetivo⁶ e seus laços sociais, num contexto que é coerente para aqueles que participam, constituindo os sentidos da consciência de si e da identidade cultural individual e coletiva.

A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que

⁶ Cf in HONNETH (2009, p. 43).

forma um mundo coerente (...) o mundo da vida cotidiana não somente dotada de sentido que imprimem as suas vidas, mas é um mundo que se origina no pensamento e nas ações dos homens comuns (...) (BERGER; LUCKAMNN, 1985, p. 35-6)

O fato é que o processo de socialização em geral acontece de geração para geração e entre as gerações, desde a primeira infância, efetuando nos indivíduos uma interiorização de normas de conduta, valores que regem as ações e relações sociais. Há um preparo do indivíduo a partir de sua realidade, na vivência do seu cotidiano para estar, interagir e viver em comunidade o que favorece a definição da segunda dimensão do reconhecimento social: direito e a dimensão comunitária.

Desse modo a historicidade, a narrativa são meios para que estes membros possam constituir o sentimento de pertença e, assim, fortalecer os laços comunitários que são definidores da própria existência e sobrevivência da comunidade de pesca. Tais laços vêm sendo reproduzidos e ressignificados, mas mantém algo intrínseco: a pesca artesanal e a definição de funções que estão em torno da pesca artesanal.

Assim sendo, quando esta comunidade se organiza por meio dos valores e particularidades passadas de geração em geração, envolvida pela território, o meio ambiente, o uso de determinados instrumentos e ferramentas, assim como histórias trazidas no seu dia a dia com a memória social e coletiva, podemos encontrar na dimensão comunitária o respeito e autorrespeito como bens primários fundamentais, além das normas e regras para a manutenção do convívio social entre os membros da comunidade tradicional.

Isso significa dizer que, além de modos de vida, há expectativas sobre o comportamento do outro, a partir de tais regras que são apreendidas e legitimadas pelos sujeitos sociais nas e para interações sociais, em suas relações dialógicas no cotidiano. Segundo Honneth (2009) essas normas interiorizadas acabam por criar as expectativas que orientam legitimamente todos os outros membros do grupo, colaborando para o desenvolvimento social da comunidade. Isso se deve ao fato do indivíduo aprender a se conceber de uma maneira específica, partindo das interações da vida cotidiana.

Por conseguinte, as especificidades e as particularidades são compartilhadas na relação social e, assim, reconhecidas pelos seus parceiros de interação ao logo da socialização. Ou seja, após o reconhecimento na dimensão afetiva o membro da comunidade internaliza o seu modo de vida, os valores, as representações, as ações sociais e suas motivações,

estando, então, apto para convivência social na comunidade. Nesta há a interação social, na qual já existe a definição de normas, regras e elementos simbólicos, além das significações e representações.

Nesse percurso, Ribeiro (2016, p. 394) afirma que esse processo de reconhecimento percorre um caminho dialógico na formação da identidade humana, que de maneira geral, compartilha elementos definidores do grupo/comunidade. Em suma, é no diálogo que encontraremos a comunicação e possibilidades de formação humana pela socialização. Por isso a narratividade exerce um papel primordial na dinâmica social, já que fomenta as construções simbólicas e materiais, ao trazerem representação e significado, os quais favorecem a existência do sentimento de pertencimento.

Dessa forma, a formação do sentimento de pertencimento é construída pelas especificidades do próprio grupo numa teia de interrelações. Isso acontece quando são compartilhadas e legitimadas pelos seus membros, tendo o reflexo de si entre os pares. Logo, RIBEIRO (2016, p. 394) afirma que “(...) o lento e penoso caminho da luta pelo reconhecimento acontece numa complexa rede de relações que tece o encontro concreto com o outro, com os outros, em instituições e tradições concretas”.

5. Conclusão:

É entendido que a articulação entre os membros da comunidade tradicional pesqueira é favorecida pela narratividade e a autoidentificação ao seu modo de vida, que é compartilhado na vida cotidiana. Desse modo encontramos além do primeiro momento do reconhecimento social dito como afetivo, a constituição do reconhecimento entre os membros como pares, definindo então a presença do reconhecimento comunitário. Este, por sua vez, tem como eixo norteador a articulação dos membros da comunidade enquanto pares por meio da autoidentificação. A autodefinição, então, possibilita a manutenção da sua memória coletiva viva, a qual pode ser ressignificada diante da dinâmica social, e que é representativa entre eles no cotidiano da comunidade.

Isso significa dizer que o primeiro passo para que possam ter, pelo menos, o pleito do reconhecimento social societário seria a existência do reconhecimento na dimensão comunitária. Para tanto, o conflito social seria um meio traduzido num processo reivindicatório na busca do reconhecimento social na dimensão societária (RIBEIRO, 2016).

Essa terceira dimensão do reconhecimento social como foi visto é legitimada pela formação do ordenamento jurídico e pela estima social (HONNETH, 2009) torna-se ímpar no contexto de justiça como equidade, para que seja possível o exercício da cidadania e da alteridade.

Assim, poderia existir o reconhecimento social na dimensão societária dos diferentes modos de vida e de suas identidades numa sociedade que é multicultural, na qual o modo de vida é representativo e se reinventa mediante a narratividade, tarefas sociais, valores, linguagem que se entrelaçam ao processo a socialização, o qual é mediado pela memória social e coletiva, possibilitando a definição da identidade cultural, de forma geral, compondo as especificidades e particularidades das comunidades tradicionais, o que caracteriza o caráter multicultural presente na formação do território e povo brasileiro.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AZEVEDO, Nilo Lima de; JUNIOR, Wilson Coury Jabour (Org.). *Reflexões e olhares: o patrimônio cultural de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Funalta, 2012, p. 17-42

BARBOSA: Evandro. Objetividade moral em teorias de justiça: a proposta de John Rawls. In: *Síntese: Revista de Filosofia*; Belo Horizonte: FAJE, v. 43, n. 137, p. 443-474, set./dez.2016.

BAUMAN, Zigmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BENEVIDES, Rubens Freitas. Luta pelo reconhecimento e especificidades brasileira. In: *OPSIS Catalão*, v. 11, n. 1, p. 310 – 316 – jan/jun, 2011.

BEGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*: Tratado de Sociologia do Conhecimento. 22. ed. Trad.de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

BENJAMIM, Walter. *Magia, técnica e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade – lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CANDAU, Joël. *Memória e indetidade*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

- DURKHEIM, Émile. *Les règles de la méthode sociologique*, Paris, 1995.
- GOMES, Carla Silene; Cardoso Lisbôa Bernardo. *Lévinas e o outro: a ética da alteridade como fundamento da justiça* / Carla Silene Cardoso Lisbôa Bernardo Gomes; orientador: Florian Fabian Hoffmann – Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich 1770-1831. *Fenomenologia dos Espíritos*. Trad. de Paulo Meneses; com a colaboração de Karl-Heinz Effen, e José Nogueira Machado. 6. ed. Petrópolis-RJ: Vozes: Bragança paulista: Editora Universitária São Francisco, 2011, p. 142- 51
- HONNETH, Axel. *Luta pelo reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. de Luiz Repa. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LÉVINAS, Emmanuel. *Entre nós: ensaio sobre alteridade*. Trad. de Pivitto, Pergentino Stefano (Coord.); Kuiava, Evaldo Antônio; Nedel, José; Wagner, Luis Pedro; Pelizolli, Marcelo Luiz. Petrópolis: Vozes, 1997.
- RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- RIBEIRO, Elton Vitoriano. Reconhecer-se reconhecido: o problema do reconhecimento enquanto questão antropológica, ética e política. In: *Síntese: Revista de Filosofia*, v. 43, n. 137, set./dez.2016, p. 387-400, Belo Horizonte: FAJE.
- SANTOS, Boaventura de Souza; NUNES, João Arriscado. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*.
- SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Série reinventar a emancipação social: para novos manifestos, v. 3)